

MOÇAMBIQUE

...mente para
... - liberdade e tudo que
... nos e nossa ditada sera sem
... de liberdade

António de Almeida Santos

GRITANTE JUSTIÇA

TEXTOS PROIBIDOS
DO MEU TEMPO DE MOÇAMBIQUE



António de Almeida Santos

PREFÁCIO DE
ADRIANO MOREIRA

ANTÓNIO DE ALMEIDA SANTOS

ANTÓNIO DE ALMEIDA SANTOS

GRITANTE JUSTIÇA

TEXTOS PROIBIDOS DO MEU TEMPO DE MOÇAMBIQUE



ÍNDICE

Prefácio de Adriano Moreira	11
Nota introdutória	16
Breve prefácio do autor	19
Nota geral sobre os textos agora publicados	23

1961

– Justificação da exposição que o Grupo dos Democratas de Moçambique dirigiu ao Presidente da República, na sequência dos acontecimentos ocorridos em Angola, no início do ano de 1961	57
– Exposição dos membros do Grupo dos Democratas de Moçambique ao Presidente da República, em Abril de 1961,	60
– Nota preambular relativa ao ano de 1961, ano de todos os avisos para a ditadura que governava Portugal	70
– Campanha das eleições para deputados de 1961 – exposição do Grupo dos Democratas de Moçambique aos cidadãos eleitores	76

- Anulação da lista de candidaturas dos membros do Grupo dos Democratas de Moçambique às eleições para a Assembleia Legislativa de 1961 93

1965

- Breve justificação de uma carta de combate político 97
- Carta aberta ao presidente da Comissão Provincial da União Nacional 99

1969

- Nota introdutória da exposição do Grupo dos Democratas de Moçambique ao governador-geral da Província de Moçambique, na oportunidade das eleições de Julho de 1969 107
- Exposição do Grupo dos Democratas de Moçambique ao governador-geral da Província de Moçambique em 24 de Julho de 1969 109
- Nova rejeição da candidatura dos candidatos da Oposição Democrática de Moçambique de 1969 122
- Recurso dos candidatos da Oposição Democrática de Moçambique às eleições de 1969 para a Assembleia Legislativa 125

1973

- Nota preambular à exposição que o Grupo dos Democratas de Moçambique dirigiu ao Presidente Américo Tomaz, em Outubro de 1973 141
- Exposição do Grupo dos Democratas de Moçambique, em Outubro de 1973, ao Presidente Américo Tomaz 145
- Nota introdutória da penúltima exposição do Grupo dos Democratas de Moçambique. De 1973, ao presidente do Conselho de Ministros, Marcelo Caetano 165
- Nova e penúltima exposição da minha lavra assinada pelo Grupo dos Democratas de Moçambique, de 1973, e dirigida ao presidente do Conselho de Ministros, Marcelo Caetano, em jeito de fim de relações 170

1974

- Breve explicação das manifestações públicas de protesto em Manica e Sofala 197
- Exposição do Grupo dos Democratas de Moçambique, em Fevereiro de 1974 201

JÁ AGORA

- Breve justificação da publicação do texto seguinte 233

– Extracto do meu livro <i>Já Agora!</i> , publicado em Moçambique e também apreendido pela PIDE	242
Lamento Final	281

PREFÁCIO

Foi com emoção que recebi, ao mesmo tempo, a notícia da morte de António de Almeida Santos e o pedido, que solicitara que me fosse transmitido, de escrever o prefácio para o livro em que junta os textos das suas intervenções cívicas em Moçambique, quando o processo mundial de descolonização atingiu a parcela portuguesa do Império Euromundista, em que participavam a Holanda, a Bélgica, a França, a Inglaterra e Portugal, tendo desaparecido, depois das guerras mundiais, as parcelas que estiveram sob domínio da Itália e da Alemanha.

É justo, e oportuno, proceder a esta última contribuição, que tanto enriquece as dezenas de livros com que documenta e valoriza o testemunho da exemplar luta cívica que travou até ao último dia de vida, e que merece fazer recordar palavras imortais do Padre António Vieira, em vista da brutal crise económica, financeira, política e social que vivemos e que ele enfrentou com lucidez e coragem. As palavras do Padre são as seguintes, constantes do Sermão de Quinta Feira da Quaresma, pregado no ano de 1669: «Ministros da República, da Justiça, da Guerra, do Estado, do Mar, da Terra, vedes as obrigações que se descarregam sobre o vosso cuidado, vedes o peso que carrega sobre as vossas consciências, vedes as desatenções do governo, vedes as injustiças, vedes os sonhos, vedes os descaminhos,

vedes os enredos, vedes as dilações, vedes os subornos, vedes os respeitos, vedes as potências dos grandes e as vexações dos pequenos, vedes as lágrimas dos pobres, os clamores e gemidos de todos? Ou os vedes, ou não os vedes. Se os vedes, como os não remediais? E se não os remediais, como os vedes? Estais cegos.»

Foi nos anos vividos em Moçambique que, sem pertencer antes a partidos, o seu lúcido olhar anteviu a evolução da ordem internacional e os paradigmas que, presidindo à elaboração da Carta da ONU, eram apontados como guias para a dissolução do Império Euromundista, movimento que não podia deixar de atingir a definição do Estado português, responsável por uma parcela, em pedaços repartida. Neste processo, o advogado ilustre que se distinguiu na sua geração, ganhara amor à África portuguesa desde a sua participação, em 1949, jovem estudante, na visita histórica do Orfeão Académico da Universidade de Coimbra, como «cantor, guitarrista, e orador oficial do agrupamento». Foi a crise de Angola, iniciada em 1961, que o tornou ativo e realmente assumindo a liderança no Grupo dos Democratas de Moçambique, e autor das lúcidas e oportunas exposições que pessoalmente escreveu e dirigiu, quer ao Presidente da República, quer às autoridades locais. É de sublinhar que esses textos, que esperaram décadas pela sua decisão de os publicar, revelam uma serenidade de observador que nunca abandona a crença no poder da palavra, característica da advocacia dessa época, nunca agride, nunca ofende, só quando indispensável personaliza, e mantém íntegra a bússola dos interesses comuns que é o sinal de estadista, como mais tarde se revelará.

Quando, em 1961, fui chamado e solicitado para executar as reformas que me pareciam inadiáveis, fui, não tendo nunca pertencido a qualquer organização política, porque as

desenhara nos relatórios da experiência obtida na ONU, e por ter previsto, pelo ritmo de entradas dos novos países na ONU, que Portugal seria condenado por não aderir ao programa descolonizador, visto perder o terço de votos que o protegiam. Desloquei-me a todos os territórios, enquanto se perdia entretanto o Estado da Índia (Goa), e em Moçambique conversei longa e profundamente com o Almirante Sarmento Rodrigues, que eu nomeara governador-geral. Entre outras preocupações, disse-me do embaraço em que se encontrava, porque, sendo ele comandante-chefe, o seu comandante militar ordenara uma investigação incriminadora de Almeida Santos, por orientar um movimento antipatriótico e ilegal, que, se ainda bem recordo, implicaria a perda do Sul do Save para a África do Sul.

Eu não me encontrara ainda nunca com Almeida Santos, sabia da sua competência profissional e valores, o que se passava igualmente com o notável governador, mas este enfrentava o risco de fazer perder a face ao comandante militar. Ambos conscientes da falta de fundamento, resolvi acabar com os embaraços da cadeia de comando: pedi o processo, não o abri, e escrevi na primeira página: «Arquive-se. Adriano Moreira, Ministro do Ultramar.» Restitui o processo ao governador e acrescentei que dissesse ao general que, não estando de acordo, recorresse para o Vaticano.

Este meu abuso de poder foi um exercício de justiça, de que Almeida Santos nunca tomou conhecimento. Até então não tivera notícia, e menos conhecimento, dos textos agora publicados: mas o tema do indigenato, que tanto o apaixonou, viera às minhas inquietações pela estadia na ONU como delegado, pela influência dos escritos de Gilberto Freyre, mas sobretudo pela doutrinação de D. Sebastião de Resende, bispo da Beira, cujos trabalhos principais, depois da sua morte, reuni em livro (*Sebastião de Resende, Profeta em Moçambique*) e que entreguei,

pessoalmente a João Paulo II. Mas em Moçambique animou-me verificar que havia ali uma voz escutada que chamaria adesões, como em Angola foi José Carvalho dos Santos, também advogado, que ali se exilara no 28 de Maio, e era irmão de Teófilo Carvalho dos Santos, quem me falou seriamente dos problemas e também desempenhou uma acção gratificante.

O pensamento de Almeida Santos era, porém, mais vasto, porque antecipou o programa de um Estado onde a pluralidade étnica fosse efectiva com igualdade de direitos fundamentais e respeito pelas diferenças, sem retornados, e a paz sinónimo de desenvolvimento sustentado. Não era uma solução à Rodésia, era a luta pela efectiva igualdade em paz das etnias, sem retaliações.

Infelizmente, nem a Holanda, nem a França, nem a Inglaterra nem mesmo a Bélgica, deixaram de enfrentar dolorosas confrontações armadas, e o Governo de Portugal teve nas suas Forças Armadas, designadamente pela voz do chefe do Estado-Maior do Exército, general Luís do Carmo Pina, o aviso de que estas guerras não se vencem, apenas se ganha tempo para encontrar soluções políticas. Foram treze anos de sacrifício, com suspensão política do movimento reformista em curto prazo, e o ponto final do 25 de Abril. De facto, o domínio do Império Euromundista assentava em Estados, ainda que democráticos nas metrópoles, decididamente extractivos e não inclusivos, que perderam o domínio das matérias-primas, dos mercados dos produtos acabados e da capacidade de fixarem o preço do trabalho indígena; nenhum deixou em África os princípios da divisão de poderes, antes, quer fossem chamados vice-rei, quer alto-comissário, quer governador, o poder era indiviso mesmo para os colonos e raros assimilados, ficando de lembrança o depoimento do capitão Henrique Galvão na ONU, afirmando que era cedo para as independências,

e julgo que talvez mais tarde para evitar o desastre político que lavra por essas regiões. Mais uma vez Almeida Santos, que em Moçambique pela primeira vez se lançara no combate político, vai ser impedido pelas circunstâncias de estar entre os fundadores do Partido Socialista, mas não tardou que fosse um dos negociadores com os movimentos de libertação, com mais experiência e vocação.

Explicou a sua acção nas *Memórias*, que me enviou, aconselhando-me a dar-lhes uma vista de olhos. Respondi-lhe que pela primeira vez não segui o seu conselho e lera com proveito as centenas de páginas, que me levaram a escrever um livro que chamei *A Espuma do Tempo*. Chamado ele às responsabilidades do Governo, ficou talvez como o mais responsável legislador, tecnicamente habilitado e usando um português que o visconde de Seabra não recusaria, acrescentando a intervenção parlamentar modelar, e recebendo duas justas recompensas: a Presidência da Assembleia da República, pela autoridade alcançada, o doutoramento *honoris causa* da sua Universidade de Coimbra, pela sabedoria demonstrada. Lúcido, praticou o seu natural acto humanista, quando gravou o disco que chamou – *No Ocaso da Voz* –, sabendo que a passagem pela Terra apenas nos permite marcar alguns passos na areia deste mundo sempre em mudança.

Mais velho que sou do que ele, devo-lhe um comovente discurso de amizade quando acidentalmente comuniquei, em debate no Parlamento, que era a minha última intervenção. A amizade e admiração pelo seu trajecto continuaram, a história parlamentar dar-lhe-á o lugar de destaque que lhe pertence, o exemplo de estadista vai perdurar, e a saudade do amigo acompanhar-nos-á até à nossa hora de partir.

Adriano Moreira

NOTA INTRODUTÓRIA

Este último livro do nosso Pai é publicado agora, infelizmente após o seu falecimento e já sem que ele tivesse acompanhado a revisão do texto, pelo que no decorrer do processo de edição se optou por alterar o mínimo possível a escrita, nomeadamente em todos os textos do Grupo dos Democratas de Moçambique aqui transcritos, em que mantivemos a grafia original em que foram redigidos. Esta sua última obra nasceu da vontade sua de ter um último acto de gratidão para com Moçambique. Temos também nós o desejo de dar continuidade a essa vontade, nos termos ainda por ele acordados com a própria editora.

O nosso Pai costumava falar dos seus livros como quem falava de filhos. E aqui se dará, assim, o nascimento do nosso trigésimo primeiro irmão...

E como nosso irmão que será, este livro testemunhará também, como nós, a luta que acompanhou toda a sua vida – pela liberdade e pelo seu permanente e contínuo equacionamento e ajustamento.

São inúmeras as memórias que temos da sua luta política. Parte delas são contadas aqui pelas suas palavras e ilustradas por estas exposições e petições a Salazar e Caetano, que decidiu publicar apenas no ocaso da sua vida. Mas este livro jamais

esgotará na totalidade a memória da sua actividade política enquanto advogado, na então cidade de Lourenço Marques e no, por ele baptizado, *tempo do ódio*.

Estas exposições foram redigidas no auge da sua veia lírica e as referências a personagens do cânone literário mundial são incontornáveis. Dessas referências, ressaltaremos apenas uma, injustiçando as restantes – Gavroche.

Este livro testemunha também o embrião das linhas mestras das preocupações da sua reflexão teórica futura. Estão patentes as preocupações sociológicas, inclusivamente ambientais, que regeram a sua produção literária subsequente.

Fica o registo para a memória colectiva desta forma de lutar pela liberdade, com recurso à palavra e sua propagação. Depois de impressa na Minerva Central, nem a censura conseguiu – à palavra e ao seu autor – impor o silêncio. Apenas lhe mostrou o aporte do prestígio.

O nosso Pai falou sobre a publicação deste livro com satisfação no encerramento da campanha das Presidenciais de 2016, naquela que seria a sua última aparição pública, ainda e sempre a lutar pelo que acreditava.

Juntamente com a nossa Mãe, queremos também nós, tal como o nosso Pai quis ter um último acto de gratidão para com Moçambique, ter um último acto de gratidão para com ele, honrando justamente a sua vontade.

Margarida, Madalena, Maria Antónia e António

Textos por mim redigidos, a maioria em representação do Grupo dos Democratas de Moçambique, de protesto contra a política colonial das ditaduras de Salazar e Caetano, e que os ditadores mandaram apreender na tipografia, assim reforçando o desejo do seu conhecimento

BREVE PREFÁCIO DO AUTOR

Ao fim de mais de quatro décadas, cedo à pressão para publicar os textos da minha autoria e de combate contra as ditaduras de Salazar e Caetano, a maioria assinados pelos membros do Grupo dos Democratas de Moçambique de que tive a honra de fazer parte. Esse Grupo dirigiu aos líderes dessas ditaduras textos que os ditadores mandaram sempre apreender na tipografia, impedindo a sua livre difusão, e assim, talvez sem consciência disso, multiplicando a sua difusão e o seu conhecimento.

O Grupo dos Democratas de Moçambique foi constituído antes da minha chegada ao território, no Verão de 1949, integrado no Orfeão Académico da Universidade de Coimbra como cantor, guitarrista e orador oficial do agrupamento.

E logo à chegada tivemos conhecimento de que um grupo de elementos da oposição aos governos nacional e provincial tinham difundido um abaixo-assinado com a firma de alguns destacados elementos locais, recrutados predominantemente entre advogados e civis que viriam a ser meus amigos, e que tinham sido presos.

Cumprimos o nosso dever homenageando-os, a tocar e a cantar canções de Coimbra, junto do edifício da prisão em que se encontravam encarcerados. Entre os detidos contavam-se os advogados Soares de Melo, Santa Rita e Antero Sobral,

que depois do meu regresso a Lourenço Marques animariam com a sua opinião e a sua assinatura as exposições da minha autoria, assinadas pelo Grupo, aos ditadores Salazar e Caetano, que as mandavam apreender, assim reforçando o desejo do seu conhecimento.

Presos encontrámos ainda elementos não ligados ao foro cuja identificação me não ocorre. Vim a saber que a luta política e a espaços militar contra o poder político ditatorial e as suas perversões coloniais foram uma constante da história moçambicana. Essa luta teve, inclusive, os seus encontros armados, com heróis vivos e mortos dos dois lados das contendidas, que nunca faltou quem armasse os inimigos da presença portuguesa.

Muitas vezes visitei os lugares das confrontações militares mais significativas, com placas exaltando os vencedores e esquecendo os vencidos. Mais célebre de todas elas ficou o chamado «quadrado» de Marracuene, em que estivemos à beira de um colapso, bem como noutros enfrentamentos em que, do lado oposto, esteve o famoso Gungunhana, que logrou pôr em cheque o célebre «quadrado» dos militares portugueses e, até certo ponto, a sua invencibilidade. Visitámos o lugar do encontro.

O grande chefe vátua acabaria, como se sabe, vítima de um golpe de surpresa perpetrado por Mouzinho de Albuquerque, que o fez prisioneiro e o trouxe para Portugal, onde foi exposto como um trunfo de guerra na célebre Exposição do Mundo Português. Depois disso, foi aprisionado num forte militar dos Açores, onde acabou por morrer quando chegou a sua hora.

Depois da independência de Moçambique, o Presidente Machel pediu a Portugal as suas cinzas para o homenagear. Coube-me a mim satisfazer essa pretensão, e Moçambique venera-as hoje no Monumento aos Heróis, com destaque de todos os demais.

Mas a resistência ao poder colonial teve sempre também a sua dimensão cívica, traduzida em actos da sociedade civil, nomeadamente da Associação dos Negros da Província de Moçambique e não só.

O Grupo dos Democratas de Moçambique solidarizou-se sempre com a luta cívica dos africanos e dos seus organismos representativos. É exemplo disso o facto de ter estado na origem da abolição do Estatuto do Indigenato, verdadeira nódoa política e civil. O indígena, até à sua revogação, era praticamente uma coisa. Para quase tudo precisava de autorização política ou administrativa. O trabalho era compelido e o salário era de fome.

A reacção da ditadura à nossa exposição à autoridade colonial contra o dito Estatuto foi apreender o texto da minha autoria e encarcerar dois dos seus quatro signatários europeus, deixando livres os outros dois, que éramos o advogado Soares de Melo e eu próprio. Como digo numa das exposições deste livro, escrevemos uma carta bem mal-humorada ao director da PIDE, alegando que à prisão de metade dos autores da exposição, e à não prisão da outra metade, faltava a lógica mais elementar. Assim sendo, ou nos prendia também a nós ou soltava os que tinha encarcerado.

Soltou. E o respectivo processo arrastou-se por anos, e acabou por ser anulado sem mais por intervenção impensável do então ministro da Defesa da ditadura, que conheci num jantar de homenagem à grande fadista Amália Rodrigues, numa sua deslocação a Moçambique, em que ambos a acompanhámos à guitarra. Tocava pior do que eu. E tive a sorte de que ele ficasse a simpatizar comigo. Os ditadores têm, não raro, as suas fraquezas.

Tenho pena de entre os documentos de que não encontrei cópia constatarem a exposição que estive na origem da abolição

do Estatuto do Indigenato e a carta que escrevemos ao director da PIDE. Mas não foram os únicos documentos do Grupo dos Democratas que se perderam. Julguei sempre vir a encontrar esses e outros na minha ficha da PIDE, sem exclusão da cópia do «livro» – pela extensão – das respostas que durante três dias dei na PIDE a perguntas do próprio Salazar e que, como digo noutra texto deste livro, levou sumiço. Mas bem pesado de papéis – quilos vários! – se revelou o recheio da minha ficha da PIDE. Apesar disso, os textos que mais desejei encontrar nela tinham levado sumiço.

Felizmente que guardei fotocópias dos mais importantes – apesar de não assinadas – em quantidade e significado bastantes para, mesmo assim, valer a pena publicar este livro.

E aprez-me registar aqui que em pelo menos alguns dos trinta livros já por mim publicados – este é o trigésimo primeiro! – fui debitando alusões à minha luta política de Moçambique.

Espero que essa minha Segunda Pátria compreenda a necessidade anímica que eu senti de publicar os textos políticos que redigi para o Grupo dos Democratas de Moçambique. O mérito deles está longe de ser só meu. Mas fui o seu autor. E o que neles deixei é para mim motivo de orgulho. Exclusivamente minha é só a prosa em que registei o pensamento colectivo do Grupo.

Resta-me endereçar aos raros membros do Grupo ainda vivos, e à memória dos que a morte já levou, o orgulho de ter sido capaz de representá-los e de com eles termos podido secundar a luta dos africanos de Moçambique pela conquista da sua Pátria africana, independente e livre.

Nota geral sobre os textos agora publicados

1. O facto de um jornal, em cooperação com uma editora, ter tomado a iniciativa da publicação de um velho livro meu que a censura salazarista apreendeu à nascença, no caso um livro de contos escrito na quase totalidade durante o meu quinto ano de Direito, e depois publicado com o acrescento de mais alguns contos de temática africana, estando eu já a advogar em Moçambique, fez-me recordar outros textos de combate político que redigi como membro e em representação do Grupo dos Democratas de Moçambique, que à época eram sistematicamente apreendidos na tipografia da Minerva Central, dos célebres irmãos Carvalhinhos, de saudosa memória.

Mas o Grupo dos Democratas de Moçambique, que já existia antes da minha chegada, não foi convalidado e dinamizado logo que cheguei a Moçambique. Significativamente só nas eleições presidenciais a que concorreu o general Humberto Delgado, em 1958, e sobretudo a propósito das eleições legislativas de 1961, quando o Grupo resolveu, original e escandalosamente, apresentar uma lista de candidatos ao acto eleitoral desse ano, facto inédito e único em todo o espaço ultramarino. Até esse então, movi-me politicamente, umas vezes sozinho, através de textos de combate político que redigi, outras em grupo restrito de que faziam parte os advogados

que me eram mais próximos. Por fim, todos ou quase vieram a sê-lo.

Em 1958, por exemplo, publiquei um pequeno opúsculo em que, sozinho, incluí as minhas respostas a uma entrevista ao jornal *Notícias*, de Lourenço Marques, em que me pronunciei sobre as referidas eleições à Presidência da República. Pronunciei-me ainda sobre a obra do Estado Novo, sobre Salazar e sobre a liberdade de imprensa, na perspectiva da ausência dela.

Por acréscimo, eu e mais alguns advogados publicámos, também nessa oportunidade, o texto de uma carta minha nada meiga ao presidente da Comissão Provincial da União Nacional, bem como uma primeira e uma segunda «cartas abertas» ao Dr. Gouveia e Melo, de resposta primeiro e réplica depois, a cartas que ele próprio, meu colega e meu amigo, mas conservador e situacionista, me endereçou.

Esses textos não foram proibidos, pelo que se não justifica a sua publicação num conjunto dos que o foram. Mas, à época, tiveram o seu impacto, sobretudo, é claro, junto de leitores da oposição.

Os textos do tempo das eleições presidenciais a que correu Delgado, e essas mesmas eleições, tiveram o seu reflexo na convalidação e ulterior dinamização do Grupo dos Democratas de Moçambique.

Infelizmente não tenho hoje cópia de todos os textos por mim redigidos, assinados e divulgados por membros do Grupo dos Democratas de Moçambique. Mas, tanto tempo volvido, surgiu-me a tentação de publicar aqueles de cujos originais dispunha. Faltam alguns que gostava de publicar também. Mas textos que esperava encontrar na minha ficha da PIDE – como já referi no meu prefácio a este livro – tinham levado sumiço.

Porque se trata de originais finais que saíram da minha pena, únicos que tenho, não contêm as assinaturas, quase sempre

muitas – com frequência centenas – nas quais se incluíam os nomes mais prestigiados do dito Grupo dos Democratas de Moçambique, originariamente constituído pelos advogados mais destacados do foro moçambicano, aos quais se foram associando numerosas e singulares personalidades outras da oposição política do território.

Nunca chegámos a organizar-nos hierarquicamente. Nessa medida, éramos todos iguais em direitos e deveres, inexistindo nomeadamente qualquer espécie de liderança. Chamou-se Grupo dos Democratas de Moçambique porque a qualidade de democrata e opositor ao poder ditatorial dominante era a principal e quase única exigência para a condição de membro.

A própria inexistência de um líder, que com a minha concordância não chegou a ser designado, viria a constituir a condição mais inteligente para que no Grupo se integrassem, sem defecção, cidadãos moçambicanos de todos os sectores políticos resistentes ao partido da ditadura.

E o principal papel com algum destaque que eu próprio assumi foi o de autor e redactor dos textos colectivos do Grupo. As oportunidades, as atitudes e os assuntos a debater eram colectivamente definidos e discutidos, após o que era eu quem lhes dava forma e redigia os protestos a divulgar.

Esses textos foram, por regra sem excepção, proibidos pela censura política. E o último director da PIDE, muitos anos depois, viria a revelar-me que o próprio Salazar mandava que fossem apreendidos, mas que a PIDE não fizesse mal ao redactor, que era eu, e aos signatários. Vim a saber, pelo médico analista do próprio Salazar, um moçambicano de quem fui amigo, que Salazar, não concordando com o que os textos diziam, tinha algum apreço pela maneira como eram redigidos e sabia quem era o autor.

A agora publicação de alguns deles ajuda a compreender a justificação dessa tolerância. Eram por mim escritos com a

frontalidade que os assuntos exigiam, mas por regra em forma literariamente correcta, se bem que desassombrada, que, segundo o referido médico, estaria na origem de algum apreço e respeito do ditador por mim, apesar de nunca ter querido conhecê-lo. Detestava ditadores, e ele era ditador.

O último director da PIDE, em Moçambique, que depois de Abril procurou o Brasil por não saber o que ia acontecer aos ex-funcionários da organização, mais de duas décadas depois, quando regressou já reformado e com direito a uma razoável pensão, em encontro casual comigo, viria a confirmar que tinha proposto contra mim uma boa dúzia de processos-crime e que, por ordem de Salazar, nenhum deles tinha passado da casca. Confirmou também que o presidente do Conselho poupou sempre os signatários dos textos e o escriba deles que, como disse, sabia ser eu.

A regra, no meu tempo de Moçambique, era a de que a prisão era, praticamente, exclusivo para africanos. Já referi uma. Quando eu redigi um texto particularmente bravo contra o Estatuto do Indigenato, pouco depois revogado pelo novo ministro do Ultramar, Dr. Adriano Moreira, esse texto só veio a ter direito a quatro assinaturas: a minha, a do advogado Soares de Melo e a de dois cidadãos da oposição da cidade da Beira: Francisco Saraiva Barreto e outro cujo nome, com pena minha, não recordo. A idade não perdoa. Mas fui também seu admirador e amigo.

Nesse caso, como disse, a PIDE prendeu os cidadãos da Beira, apesar de europeus, e poupou à prisão o Dr. Soares de Melo e eu próprio. Como se impunha, eu e o Dr. Soares de Melo dirigimos, como referi no prefácio, ao director da PIDE uma carta bem mal-humorada, em que lhe dissemos que, ou soltava os dois signatários da Beira ou nos prendia também a nós. Soltou os da Beira, confirmando a regra. Tenho pena de

não ter encontrado no meu arquivo cópia dessa carta e do texto sobre o Estatuto do Indigenato.

Antes da minha chegada a Moçambique, a regra não terá funcionado em plenitude. De tal sorte que, como mencionei anteriormente, quando, em 1949, pela primeira vez cheguei a Lourenço Marques, integrado no Orfeão Académico de Coimbra, e soubemos que os Drs. Soares de Melo, Santa Rita e Antero Sobral, além de outros cidadãos europeus, tinham sido presos por razões políticas, dedicámos-lhes uma serenata bem gritada em frente do edifício da prisão em que se encontravam. Pouco tempo depois de partirmos eram soltos, o que de certo modo recuperou o respeito pela dita regra.

Havia uma boa razão para que os meus textos fossem firmes sem excesso de agressividade. Era plúrima a formação política dos assinantes. E convinha que a agressividade dos textos não fosse tanta que excluísse a assinatura de alguns deles. Mas fáceis de ler pelos ditadores não eram.

O médico analista de Salazar, o atrás referido moçambicano meu amigo, Manuel Nazaré de seu nome, também me confirmou que o ditador, sem concordar com o significado dos meus textos, tinha algum apreço pela sua forma.

Deu-se até, a esse respeito, um facto bem significativo. Já depois de eu ter representado em Moçambique o general Humberto Delgado, e de termos conseguido ter a maioria dos votos em todas as mesas em que pudemos contá-los – se bem que poucas, como se imagina –, Delgado ganhou em todas elas. Ganhou, inclusive, no Quartel de Boane, a escassos quilómetros da capital, onde só votaram militares. Apesar disso, a falsa contagem global viria a esmagar o próprio Delgado. A fraude pôde, nesse contexto, ser mais do que evidente.

Pouco depois do acto eleitoral, eu programei uma de muitas deslocações ao Brasil para resolver casos profissionais, na

circunstância um inventário de maiores. Como a solução passava por um acordo em que o meu constituinte teria de pagar tornas à parte contrária, na véspera da partida fui ao Banco Ultramarino trocar moeda portuguesa por moeda brasileira. O agente da PIDE que me seguia sempre por toda a parte, como uma sombra, mal eu saí do banco entrou a perguntar o que é que eu lá tinha ido fazer. Quando soube que eu ia no dia seguinte para o Brasil, e tinha trocado uma tão significativa quantidade de moeda, tirou a conclusão para ele lógica:

– Esse dinheiro é para o Delgado! Nesse então, já o general se tinha refugiado no país irmão.

E na manhã do dia seguinte, comigo já sentado no avião para o Rio de Janeiro, entrou um esbirro da PIDE e ordenou-me que o acompanhasse. Não seguiria para o Brasil e, no dia seguinte, teria de apresentar-me na sede daquela polícia para responder a perguntas.

Lá estive. E durante três longos dias – uma eternidade! – ditei um extenso texto que daria um livro. E, com uma frontalidade que nunca tinha usado em anteriores declarações, preparei-me para as consequências.

Já perto do fim, o director, Sachetti de seu nome, que eu já conhecia de vista desde Coimbra, quando ele tinha sido ali comandante da Guarda Nacional Republicana, perguntou-me se não nos conhecíamos já. Respondi-lhe que já tinha tido o desprazer de ter ficado debaixo das patas do seu cavalo. Quis saber quando foi isso e eu disse-lhe que foi quando um grupo de estudantes de esquerda tinha ido ao cemitério dos Olivais homenagear uma grande figura da República, José Falcão de seu nome. E estando nós já dentro do cemitério a cantar *A Portuguesa*, os cavalos da PIDE, que não gostaram da música, invadiram aquele lugar sagrado e espezinharam mortos e vivos.

– E magoou-se muito? – quis saber.

– Bastantes nódoas negras – foi a resposta. – Não queira ficar debaixo das patas de um cavalo com um cavaleiro em cima. Mas nenhuma fractura.

Três dias foi o tempo que o inquérito durou. Já perto do fim, Sachetti teve este desabafo:

– Tem consciência de que não volta a Moçambique?!

Resposta minha:

– Porquê? Matei alguém?

– Não matou ninguém – acrescentou Sachetti –, mas acha que, com estas respostas, vão deixá-lo regressar a Moçambique?

Eu de novo:

– E quem é que vai deixar ou não deixar?

E ele:

– Quando tiver despacho com o senhor presidente do Conselho, telefono-lhe para o Hotel Tivoli – era, pois, verdade que despachava directamente com ele.

Aguardei. E cerca de uma semana depois, Sachetti telefonou-me de novo a dizer:

– Com surpresa minha, o senhor presidente do Conselho gostou das suas respostas. E disse-me para lhe dizer isto mesmo.

– Como vê – ripostei –, as coisas não são sempre como a PIDE julga que são!

É claro que eu adorava ter uma cópia do «livro» que ditei. Mas desapareceu. Não estava na minha volumosa ficha da PIDE. Quilos de papel. Nem está – ao que averigui – na própria PIDE. Alguém se antecipou a tirá-lo de lá.

Não é, infelizmente, o meu único texto apreendido que levou sumiço!

Como atrás referido, o último director moçambicano da PIDE, dezenas de anos mais tarde, já senhor de uma boa reforma conquistada no Brasil, viria a confirmar que me tinha movido uma boa dúzia de processos-crime, por delito de opinião,

e que nenhum desses processos tinha ido além do primeiro auto, insinuando que o Salazar não deixava.

Esta relativa tolerância, embora rara, não era um exclusivo meu. Existiu também noutros casos. No meu tempo de Moçambique, a prisão e a violência física eram, repito, um quase exclusivo dos africanos. Mas não foi sempre assim, como já disse.

Mais tarde, esta regra confirmou-se, mas com mais excepções. Ainda assim, o Tribunal Militar de Moçambique, onde os advogados da oposição – eram quase todos – tinham lugar marcado, aplicou sempre penas mais moderadas do que as aplicadas pelo tribunal congénere de Angola, por exemplo. E as absolvições foram, em Moçambique, também menos excepcionais.

Os julgamentos no Tribunal Militar de Moçambique converteram-se numa manifestação de repulsa colectiva. Mas, às tantas, a PIDE resolveu ocupar todos os lugares destinados à assistência por funcionários seus. É claro que os resistentes políticos, que usavam encher a sala do tribunal, passaram a ocupar a rua em frente do mesmo, e bem menos cordatos e silenciosos do que dantes. O espectáculo viu, acrescido, o seu significado.

2. Quando o professor Marcelo Caetano substituiu Salazar, que tinha caído da cadeira e ficado diminuído para sempre, eu mantinha, com o professor, uma relação profissional bastante próxima. Ele tinha pedido a demissão de todos os cargos políticos, e inclusivamente do cargo de reitor da Universidade de Lisboa. Pedi-lhe pareceres jurídicos que ele me deu. Isso estreitou as nossas relações.

E quando Salazar ficou incapacitado e Marcelo Caetano o substituiu, este tentou, das mais diversas maneiras, manifestar-me a sua simpatia. Inclusivamente propondo-me uma alta condecoração, que gentilmente recusei. À data, e por uma questão de princípio, eu não aceitava condecorações, princípio que

mantive até tarde da minha carreira política. Mais precisamente até que a UNESCO, sem me consultar, me atribuiu uma alta condecoração pela minha defesa dos direitos humanos. Achei que não podia recusar. E, perdida a virgindade, viria a aceitar mais duas condecorações. Só duas: a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade, em cuja origem eu próprio tinha estado, e a Grã-Cruz da Ordem de Cristo. E por aí me fiquei, regressando às minhas anteriores recusas. Até hoje.

Marcelo Caetano propôs-me, inclusive, que, nas primeiras eleições para a Assembleia Nacional por ele disputadas, os Democratas de Moçambique secundassem o Dr. Sá Carneiro e os seus colegas da Ala Liberal, candidatando três dos sete deputados a essa Assembleia a que Moçambique tinha direito. Eu e mais dois à minha escolha.

Respondi, é claro, que não podia aceitar. O Governo conquistava um traidor. E eu perdia a minha honra e todos os meus amigos e camaradas políticos. Pior negócio não era possível. O governador-geral Rebelo de Sousa, que foi quem me transmitiu a proposta do primeiro-ministro, bem argumentou. Mas eu mantive-me irredutível e, quando muito, apresentei uma contraproposta: o convite ser dirigido, não a mim, mas a toda a oposição democrática nacional, bastando, nesse caso, dois em sete membros. Eu próprio iria a Lisboa convencer os meus camaradas a aceitarem essa possibilidade.

Rebelo de Sousa mandou a Lisboa o secretário provincial Gonçalves Ferreira com a minha contraproposta. Mas Marcelo achou que era demais a fartura. E assim reagiu:

– Ó Gonçalves Ferreira! Diga lá ao Rebelo de Sousa que não seja ingénuo. Dois em sete de toda a oposição comiam-nos vivos!

Mais tarde, quando no Brasil já só estavam praticamente duas das muitas altas figuras do regime ditatorial que, após a

Revolução de Abril, tinham pedido acolhimento no país irmão, no caso o professor Marcelo Caetano e o almirante Tenreiro, lembrei-me de propor, num dos muitos Conselhos de Ministros de que fiz parte, que lhes déssemos a oportunidade de voltar ao seu país. Eu próprio redigi e subscrevi as cartas. Tenreiro respondeu que não regressaria em caso algum. Tinha sido acusado de desonestidades que não havia cometido, e queria morrer bem longe. Diversa foi a resposta de Marcelo Caetano. Exigiu tais condições para regressar que eu tive de lhe responder informando que essas condições não puderam ser aceites. E lá morreu quando a sua hora chegou.

Tive pena, nos dois casos, embora nem sequer conhecesse Tenreiro. Mas as coisas são o que são, não o que nós desejaríamos que fossem. Os últimos tempos do exercício por Marcelo Caetano do cargo de primeiro-ministro tinham-no distanciado da realidade e de mim. E eu dele, claro!

Foi um distinto professor de Direito e teve condições para ser um bom líder político. Mas não quis ser, ou não teve coragem para ser, um verdadeiro reformador. Quando, após a posse, visitou o Ultramar, e foi vibrantemente recebido, designadamente pela população africana, não pode ter deixado de consciencializar o que o Ultramar esperava dele. Mas acabou por apostar na continuidade. Fiz-lhe saber, inclusive em alguns textos que consegui repescar para serem incluídos neste livro, o que o Ultramar, e em particular os Democratas de Moçambique, esperava dele. Clarividência, foi o que nunca lhe faltou. O que tão-só sempre lhe escasseou foi coragem política, e a compreensão do sentido da história. O seu básico conservadorismo não o deixou pôr a render a sua inteligência. Foi pena. Se tem tentado impor essa inteligência às dramáticas limitações do Presidente Américo Tomaz, a história tinha sido outra. E seguramente menos problemática e adiada do que foi.

3. Tive a sorte de ter tido por avô materno um velho professor primário republicano, que nos primeiros anos da República ajudou a fazer, inclusivamente em congressos do professorado primário, de que tenho fotografias, a extraordinária revolução que a República promoveu no ensino primário.

Formou sete filhos professores primários. E quando eu e o filho mais novo, pouco mais velho do que eu, íamos a Loriga, onde pontificava como ex-professor de ex-alunos, passar algum tempo com ele, lá víamos, na sala de jantar, a fotografia do Presidente Manuel de Arriaga, objecto de infalível veneração. Não tanto por mim. Nunca lhe perdoei ter tolerado, se não promovido, duas ainda que breves ditaduras durante o seu mandato de Presidente da República.

Loriga aninha-se na vizinhança de Seia, terra onde nasceu Afonso Costa, e onde jazem os seus restos mortais. Após Abril ajudei à trasladação desses restos mortais para lá e à inauguração de um «busto» seu, erigido na sua terra natal, com um brilhantíssimo discurso laudatório do venerável Raul Rego, meu saudoso amigo. Eu próprio nasci na aldeia de Cabeça, a escassos quilómetros de Seia, onde minha mãe leccionava como professora primária quando vim ao mundo.

Nasci assim condenado a admirar e a tentar convalidar os ensinamentos da Primeira República. E como um irmão de minha Mãe, Rodolfo Abreu de seu nome, também professor primário e militante comunista, ia por sistema passar o mês de Agosto a uma quinta de meu pai, com uma mala cheia de livros proibidos, fiz neles a minha primeira formação política. E quando cheguei à Universidade, para frequentar o curso de Direito, levava comigo uma bagagem política verdadeiramente invulgar para a minha idade. Fui, aliás, o melhor aluno do sétimo ano dos liceus do país, com direito a prémio nacional. E um nada mau aluno de Direito. No Curso Complementar

de Ciências Jurídicas fiz uma tese que o *Boletim da Faculdade de Direito* resolveu publicar. Mas formei-me para ser advogado.

A sedução da igualdade, como valor político, e a formação do meu tio aproximaram-me do PCP. Mas não cheguei a aceitar a militância nele. Ainda pertenci, e até liderei na Universidade, à Secção Universitária da Federação da Juventude Comunista. Mas não cheguei a dar o salto para o partido.

Ainda assim, quer durante as eleições do general Norton de Matos, em que pertenci, como universitário, à secção eleitoral de Coimbra e andei de terra em terra a fazer, parece que com algum jeito, os meus primeiros discursos políticos, quer depois disso, incluindo todo o tempo que passei em Moçambique, e seguidamente após Abril, sempre, com separação das águas, me entendi bem com o Partido Comunista. Nos governos em que coincidimos, Álvaro Cunhal e eu sentávamo-nos lado a lado. E a nossa camaradagem foi perfeita até à sua morte, apesar de eu ter feito leis que profundamente lhe desagradaram. Ambos desenhávamos durante as discussões menos interessantes. Ele melhor do que eu. Guardo alguns desenhos dele de grande mérito. Mas sem a sua assinatura. Dos meus era destinatária uma jovem filha do ministro Veiga de Oliveira, também comunista. A defesa da igualdade sempre me seduziu. Nasci e cresci numa região paupérrima. Mas sem alienar a minha independência. Por fim, aderi ao Partido Socialista, acabado de constituir, quando regresssei de Moçambique, após o 25 de Abril, abandonando para sempre a prática da advocacia para em exclusivo me dedicar à actividade política. Até hoje, em que ainda sou Presidente Honorário do meu único partido de sempre. E com esta idade – 90 anos em 15 de Fevereiro de 2016 – já não vale a pena mudar, nem a mudança me seduz! Continuo a gostar do partido que tenho.

4. O Grupo dos Democratas de Moçambique, de que fazia parte a nata dos advogados moçambicanos, registou uma certa convalidação depois da minha chegada. Mas com mais significado, como já disse, após as eleições a que concorreu o general Humberto Delgado, a quem tive a honra de representar, como seu procurador, em Moçambique. Difundir textos com por vezes dezenas, quando não centenas de assinaturas, que logo a seguir eram apreendidos na tipografia da Minerva Central, dos célebres Carvalhinhos, pela PIDE, passou a ser não direi uma prática corrente, mas uma provocação ao regime de que retirávamos a possível satisfação. Por sorte nossa, só a PIDE não viu que a proibição aguçava a curiosidade pelo conteúdo dos textos. Alguns deles viriam, inclusivamente, a ser reproduzidos em Angola, o que, sem a proibição, dificilmente teria acontecido.

Cheguei a esperar que, após Abril, eu viesse a encontrar, na minha ficha da PIDE, todos esses textos proibidos. Mas não tive esse gosto. Ou nunca lá tinham estado ou alguém se antecipou a fazê-los seus.

Gostava, sobretudo, de ter recuperado o longo e bravo depoimento que fiz na PIDE, durante os três longos dias que atrás referi, em que ali estive a responder a perguntas. Mas não tive esse gosto.

Teve isso lugar numa circunstância que não resisto a relembrar. Foi pouco depois de eu ter representado em Moçambique, inclusive na qualidade de mandatário, o general Humberto Delgado, quando concorreu à presidência da República. O grosso dos membros do Grupo dos Democratas, incluindo eu próprio, teria preferido apoiar o candidato Arlindo Vicente. Mas a qualidade de general de Humberto Delgado tornava a sua candidatura mais fracturante. Quando o grande Arlindo Vicente desistiu de candidatar-se, resolveu o problema. E o dinamismo que conseguimos imprimir à candidatura do general

permitiu-nos concluir, repito, que a deduzir do facto de ele ter ganho em todas as mesas eleitorais em que conseguimos contar os votos, incluindo, repito, na mesa do Quartel Militar de Boane, onde só tinham votado militares, a vitória verdadeira havia sido nossa. Aliás, dele!

Vim a conhecer pessoalmente o general Humberto Delgado. Num certo dia, de que sou incapaz de referir a data, Delgado, noite alta, bateu à porta da minha casa, em Lourenço Marques. E quando a abri deparou-se-me uma voz que me pareceu conhecida, e um sujeito de vasto cabelo e barba hirsuta dizendo: «Embora não pareça, sou o Humberto Delgado.»

Mandei-o entrar e ficámos a conversar. Disse-me que tinha entrado em Moçambique com um passaporte falso, pela fronteira da Suazilândia, e que vinha para fazer a revolução a partir de Moçambique, onde disse ter apoios militares que julgava seguros. Contava também com o factor surpresa.

Disse-lhe de pronto que era bem-vindo. Ele queria saber se podia contar com algum apoio do Grupo dos Democratas de Moçambique. Respondi-lhe que só podia responder por mim, e que contasse comigo, se a intentona se apresentava com sérias esperanças de sucesso. Quanto aos demais membros do Grupo, teria, naturalmente, de ouvi-los. Adiantou-me que ele próprio dispunha já do apoio do advogado e meu saudoso amigo Neves Anacleto, ex-presos e ex-deportados, avô do Dr. Francisco Louçã. Tinha tido presença habitual nas intentonas contra o Salazar, sobretudo enquanto residiu no Algarve, de onde era natural. Tinha ido exilado para Moçambique, e por lá ficou, a advogar e a conspirar.

Eu próprio tinha, para o general, a credencial de o ter representado, como candidato à presidência, munido da necessária procuração, na antecedente campanha eleitoral de Moçambique, como já referido.

Logo comecei a falar com cada um dos membros dos Democratas de Moçambique, e as respostas foram tudo menos desanimadoras. Mas não mais de dois dias depois, Delgado apareceu-me de novo, com a mesma farta barba e o mesmo cabelo hirsuto, dizendo, desolado, que nada feito. Os apoios militares tinham-se gorado. Segundo ele, eram «menos os corajosos do que os capados» (*sic*). Lamentava, mas tinha de sair de novo com o mesmo disfarce, o mesmo passaporte e pela mesma fronteira. Como saiu.

Acabei assim por conhecer pessoalmente o bravo general. Pouco depois, participava ele, à distância e à espera do resultado, na frustrada revolução de Beja, disposto a liderar o sucesso que imprevisivelmente não houve.

O mesmo não chegou a acontecer com o próprio Salazar. Nunca o conheci pessoalmente. Recusei-me sempre a ir cumprimentá-lo quando organismos académicos, designadamente na oportunidade de deslocações, como foi o caso da grande viagem que o Orfeão Académico de Coimbra fez a São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e África do Sul, comigo no papel de cantor, guitarrista e orador oficial. Depois disso, mesmo em campanhas eleitorais, nunca voltei a fazer tantos discursos por unidade de tempo.

Sobre essa viagem, e o significado que teve, escrevi, durante o último ano do curso de Direito, o meu primeiro livro. *Coimbra em África* lhe chamei. Trezentas páginas, para começar. A direcção do Orfeão quis que eu dedicasse ao presidente do Conselho o exemplar que decidiu oferecer-lhe. Recusei.

Quando recebeu o livro, com dedicatória da própria direcção do Orfeão, Salazar escreveu-me uma carta para a minha república académica a dizer que o tinha recebido «com gentil dedicatória da direcção do Orfeão», e que, embora não tivesse podido concordar com tudo o que tinha lido (eu não

deixei de criticar os aspectos mais negativos do colonialismo então praticado), também «não tinha podido deixar de registar algumas justas alusões», como, por exemplo, as que entendeu dever realçar. Realçou, aliás, também que achou o livro «bem escrito».

Terminava «com os cumprimentos do António de Oliveira Salazar».

Essa carta, grosseiramente, ficou sem resposta. Não é facto de que me orgulhe. Mas eu tinha vinte e três anos. E já detestava ditaduras e ditadores.

Mais tarde, como já referi, Salazar teve como médico analista, e ao fim de anos como confidente, o médico moçambicano Manuel Nazaré, de quem fui grande amigo. E veio este a confidenciar-me que Salazar tinha algum apreço pela minha prosa política. A prosa, não o significado dela. Ia até à proibição. Mas parava aí.

Se assim foi, ocorreu na minha própria apreciação sobre o ditador uma reacção com laivos de reciprocidade. Toda a minha vida o detestei, o condenei e o combati. Mas com uma reserva: sempre achei que era um clássico na forma como redigia os seus madura e torturadamente pensados discursos. Por outras palavras: governava mal, mas escrevia bem.

Como orador não se distinguia. A voz também não o ajudava. Mas a sua prosa, essa, era tudo menos vulgar. Creio ter ficado a dever-lhe o facto, tão detestado pelos sucessivos directores da PIDE, de eu nunca ter sido preso. Tê-lo-ia sido várias vezes.

Bem vistas as coisas, uma das poucas verdadeiras «penas» que me foram aplicadas, durante o seu mandato, além da apreensão de livros e doutros textos meus, e da cassação de liberdades fundamentais, foi a não promoção a tenente como militar miliciano, apesar de essa promoção dever por lei ter sido

automática quando atingi a idade legal em que isso devia ter acontecido. Ainda hoje permaneço só alferes. Depois de Abril, teria bastado um requerimento meu. Mas não o fiz.

A outra pena foi a de, durante largos anos, não ter podido deslocar-me ao estrangeiro. Esta doeu mais. É que, durante largo tempo, eu não visitei outros países porque não tinha dinheiro. Quando passei a advogar e a tê-lo, não tinha tempo. E quando passei a dispor de tempo e de dinheiro deixei de ter autorização da PIDE. Coisa mais arreliadora!

Foi já o primeiro-ministro Marcelo Caetano que me libertou dessa proibição, sem que eu lhe tivesse pedido que o fizesse. A partir daí, desforrei-me a visitar países que devia ter conhecido. Muitos deles, só depois de Abril, e por dever de ofício.

Bem vistas as coisas, retirei dos combates políticos travados, e designadamente da apreensão dos livros e doutros textos por mim escritos, mais prazer do que o que teria retirado de ter podido antecipar de anos o conhecimento de países, paisagens, museus e outras atracções que faziam parte da cultura geral do cidadão comum.

O primeiro que me apreenderam – um livro de contos a que não faltava atrevimento, e que só vim a publicar já a partir de Moçambique – foi no essencial escrito também durante a frequência do meu quinto ano de Direito, ao mesmo tempo que redigia o já referido livro sobre a viagem do Orfeão Académico à África. E ia cheirando as sebatas e praticando desporto.

O que o livrinho tinha de mais notável eram, porém, as fabulosas ilustrações do grande caricaturista e artista plástico Tossan, que ao tempo lutava em Coimbra contra um cancro que para sempre lhe roubou um pulmão, mas não conseguiu derrotá-lo. Fez a minha caricatura, com a mão em cima da cabeça do Zé-Povinho. Morreu de velho. Foi um dos meus maiores e

mais talentosos amigos de sempre, senhor de uma graça natural inexcedível. Depois da Revolução de Abril, foi director-geral do Ministério da Comunicação Social de que, entre vários, fui ministro, até que a reforma o circunscreveu às suas artes plásticas, em que foi genial, sobretudo como caricaturista da academia de Coimbra.

Era, além do mais, um fabuloso contador de histórias, as únicas com a singularidade de me divertirem por igual desde a primeira à última vez que lhas ouvi. Deixou um precioso espólio artístico que continua a aguardar editor. Sou possuidor de grande parte desse espólio.

É claro que a PIDE só apreendeu os exemplares do meu primeiro livro de contos que o meu editor revelou possuir. Bem longe de todos os que realmente tinha editado e cuja procura a apreensão multiplicou.

Por ordem sua, a PIDE viria a apreender, mais tarde, um outro livrinho meu com um título anódino, uma primeira parte sem veneno para desengodar a censura, e uma segunda para a provocar. Foi também apreendido, como eu esperava que fosse, e de novo a simulação do número de exemplares revelado deixou a bom recato exemplares ocultos.

Transcrevo, no final desta edição de textos proibidos, a segunda parte desse livro, ou seja, a parte em razão da qual ele acabou proibido. O mais perigoso veneno, que deve ter, só por si, determinado a proibição, foi a defesa de uma solução comunitária – Portugal, Angola e Moçambique – para o problema da guerra e, em última instância, da situação das colónias portuguesas. Estou convicto de que esta ideia, para mim tão sedutora, funcionou como causa fundamental da proibição do livrinho.

5. Os demais textos que agora publico são apenas alguns dos que redigi na qualidade de membro do Grupo dos Democratas de Moçambique, e com pena minha não todos eles, porque os agora publicados são os únicos que consegui descobrir na barafunda do meu arquivo de recordações. Confiei em que viria a poder encontrá-los, todos eles, como já mencionei, na minha ficha do arquivo da PIDE, quando deixasse de ser secreta. Mas, quando consegui obter um copioso decalque da maioria dela, os mais importantes não estavam lá. Não encontrei todos os textos proibidos de Moçambique que agora tanto gostaria de publicar. E não estava, sobretudo, o tal «livro» que em três dias ditei ao director da PIDE, e que também referi atrás. Como eu gostava hoje de poder rememorar as minhas respostas desse então, tão desassombradas que levaram o director da PIDE a conjecturar que eu não seria autorizado a regressar a Moçambique, e o próprio Salazar a mandar-me o recado de que tinha gostado delas! Talvez porque eu nunca havia sido tão directo, tão claro e tão sincero.

Uma coisa é certa: os textos que agora publico são todos da minha lavra, a que só faltam as assinaturas, as quais, não sendo rigorosamente sempre as mesmas, embora com frequência o fossem, eram por regra a fiel expressão da própria composição plúrima das filiações, formações políticas, identidades e profissões do próprio Grupo dos Democratas de Moçambique. Mas unitária o bastante no ideário de oposição ao regime político vigente que desgovernava o país, e era responsável pela desastrosa e irrealista política ultramarina por ele imposta, por último, *manu militari*.

Unia-nos sobretudo o facto de sermos todos democratas e defensores das liberdades fundamentais. A partir daí havia de tudo. Desde monárquicos até comunistas. Mas unia-nos a firme convicção de que o desgoverno que nos governava,

a ditadura que nos oprimia, a falsa unidade que nos separava, e a mítica paz que nos impelia a matar e a morrer em três frentes de guerra já sem paz conjecturável, eram em si mesmos, e cada vez mais, uma colossal mistificação e uma monumental mentira.

A generalidade dos países colonizadores, incluindo a Inglaterra e a França, tinham acabado de liquidar os seus impérios. E a nossa recusa em seguir o seu exemplo distanciava-nos dos próprios estados amigos nos areópagos internacionais. Por último, tendo praticamente como únicos apoiantes a África do Sul e a Rodésia racistas, éramos já não raro rotulados também de racistas, e por isso combatidos.

Quando Salazar caiu da cadeira e ficou incapaz, tendo sido substituído por Marcelo Caetano, muitos viram nisso um sinal de esperança. Mas de balde. A força dos grandes interesses e a cegueira dos cegos fanatismos empanou uma vez mais a lucidez dos raciocínios.

Enquanto a guerra pôde travar-se longe dos grandes centros urbanos, grandes sectores da população europeia neles residentes puderam, lamentando-a muito embora, conviver com ela. Mas por último, não tanto em Angola, território em que a posição das forças militares portuguesas mantinha um ilusório controlo da situação conflitual, a situação na Guiné era de derrota sem recuo, e em Moçambique tinha começado a estar a caminho disso.

Na Guiné, perto do fim, já só as forças libertadoras praticamente atacavam, ao ponto de terem proclamado e celebrado a independência em lugar isolado do interior do país, com a presença e o apoio universalmente declarado de numerosos países.

Em Moçambique, quando as forças portuguesas – leia-se Kaúlza de Arriaga – cometeram o erro estratégico de se

concentrarem no Norte do país para atacar as instalações da Frelimo, bombardearam construções, das quais, espavoridas, saíam galinhas. Pude ver esse filme nas variedades de um sábado cinematográfico, enquanto os militares da Frelimo, que até essa data ainda não tinham conseguido ultrapassar para sul o obstáculo do rio Zambeze, aproveitaram a concentração das forças portuguesas no Norte, e lograram atravessar sem risco o rio em direcção à capital.

A guerra não passou, no imediato, a estar também perdida. Mas passou a ser uma questão de tempo.

A partir desta situação, as forças nacionais começaram a raciocinar segundo a lógica do castelo de cartas. Quando caísse um território cairiam todos os outros. A Revolução de Abril fez-se também para evitar esse desfecho.

A delicadeza da situação tornou-se tal que as desinteligências ao nível dos altos comandos militares e políticos prenunciavam o princípio do fim do colonialismo e do regime. O projectado golpe do general Botelho Moniz insere-se nesse contexto. Ficaria pelo caminho.

Marcelo Caetano, se é que alguma vez a teve, perdeu a confiança do Presidente Américo Tomaz, e não se livrou da suspeita de que veria com bons olhos um golpe político ou mesmo militar de Kaúlza de Arriaga. E o Eng.º Jorge Jardim, que havia sido um dos sustentáculos, inclusive militar, da guerra em Moçambique, passou a tomar a iniciativa de conceber, e de embora em vão tentar obter, um acordo de descolonização, que, inclusivamente, chegou a propor a Marcelo Caetano, que lhe disse apenas: «Você, Jardim, foi longe demais; deixe ficar.» Dias depois, os bravos capitães de Abril tomaram a iniciativa de pôr termo a quase meio século de ditadura militar e política, recorrendo ao golpe militar de 25 de Abril, de imediato coroado de êxito. O regime estava podre.

Foi, no que mais importa, uma segunda Declaração da República. Salazar, que foi sempre monárquico, teve, no entanto, a lucidez de não tentar recuperar a monarquia. Mas recuperou-lhe alguns lamentáveis defeitos, sem se esquecer de revogar algumas das suas virtudes.

6. Os textos agora publicados, retrospectivamente avaliados, colocam Moçambique em lugar de destaque no cotejo com as oposições paralelas das restantes colónias.

Aliás, Moçambique, e não só, já no passado mais distante se tinha distinguido em actos de bravura militar pela libertação dos africanos e da terra para eles sagrada. Foram, repito, muitos os lugares de embates militares entre africanos e soldados portugueses, com mortos e feridos de ambos os lados, que pude visitar. Com os primeiros, já então a lutarem de armas na mão pela independência do seu país. Houve, nessa altura, quem os armasse. Mas a hora da descolonização ainda não tinha chegado. Isso, como disse, só tornou possível, aliás por acto de traição, a prisão do célebre Gungunhana, o grande chefe vátua que nos tinha criado sérios embaraços, e que acabou por ser aprisionado, através de um golpe de surpresa, por Mouzinho de Albuquerque.

Mas nem só de armas na mão os africanos de Moçambique se bateram pela sua independência. O derrube da ditadura política, e antes disso da política colonial que oprimia os africanos das colónias portuguesas, encontrou sempre em destacados cidadãos africanos, em organismos por eles constituídos, e numa riqueza literária, e sobretudo poética, a que nunca faltou força e brilho, o *animus* necessário para fundamentar a indignação que, por via de regra, está na origem das mais nobres resistências individuais e colectivas.

Nesse sentido, a independência do Brasil, mais consentida do que dificultada pelo colonizador português, e a sua

preservação como imenso país único, enquanto a ex-América espanhola se fraccionava numa boa dúzia e meia de países independentes, exemplificam um cotejo que nos dignifica. E essa diferença não foi apenas o resultado de uma relação relativamente mais humana do colono português com o nativo brasileiro e o transplantado africano, do que a paralela relação entre os colonos espanhol e holandês e os seus colonizados. Mas sem ilusões: escravatura foi sempre escravatura.

Um dos aspectos mais relevantes dessa diferença foi que, sempre que o Brasil foi objecto da ambição de outros países, com destaque para a da Holanda, que permaneceu por cerca de seis décadas governando uma vasta região do Brasil português, sempre os elementos africano e índio se bateram ao lado dos portugueses pela continuação destes no domínio político do Brasil unido. E o próprio D. Pedro, que esteve na origem do célebre Grito do Ipiranga, e da consequente independência, acabou por vir para Portugal para ajudar – aliás, liderar! – os liberais portugueses, que aqui se batiam pela liberdade. E quando entre nós morreu legou a Portugal o seu próprio coração. Ainda o temos como jóia rara. Uma bela prova de amor!

A nossa subsequente colonização, nomeadamente em África, não viria sempre a repetir a nobreza de tais exemplos. Mas a do período liberal e a do período republicano, sem deixarem de repetir práticas colonizadoras que raras vezes nos nobilitaram, procuraram a espaços remar contra a maré, e assumir atitudes que puderam estar na origem de algum mérito no grave demérito colonial generalizado. Ou vamos esquecer a nossa antecipação na revogação da pena de morte – de que nos espaços coloniais se fazia tanto uso –, embora deixando perdurar, inclusive após a abolição do Estatuto do Indigenato, revogado pelo jovem ministro Adriano Moreira, na sequência de uma exposição subscrita por membros do Grupo dos

Democratas de Moçambique, por mim também redigida e de imediato proibida, aspectos negativos do período colonial.

Adianto desde já que a história desse texto se repete em muitos dos agora publicados, menos o que publiquei tão-só com a minha assinatura, porque de extracto de um livro meu se tratava, e foi de igual modo proibido, como, aliás, de um outro que tinha publicado antes, e que, repito, recentemente foi objecto de reedição sem necessidade de autorização minha por a respectiva propriedade literária ter já caído no domínio público, juntamente com outras obras literárias de autores resistentes e conhecidos.

7. Lamento, sinceramente lamento, não poder publicitar agora o nome de todos os subscritores dos textos agora publicados. A razão é simples: os textos que guardei e agora reproduzo são, repito, os meus originais, embora na versão definitiva, aliás, por regra, nada ou quase nada alterada após aprovação pelo Grupo que tomava a iniciativa do texto. Raríssimas foram sempre as mudanças significativas.

Mas havia um grupo dentro do grupo, constituído por advogados que contactavam facilmente entre si, e de que faziam parte os Drs. Soares de Melo, Santa Rita, Antero Sobral, Sousa Neves, Filipe Ferreira, José Carrapichano, António de Oliveira, Willem Gerard Pott, João Afonso dos Santos, Ovídio Cordeiro e eu próprio. De todos estes só o João Afonso dos Santos e eu continuamos vivos. A este grupo inicial foram-se somando os mais jovens advogados à medida que se iam formando. Casos do Rui Baltazar, felizmente também ainda vivo e brilhante como sempre, do Pereira Leite, do Raposo Pereira e do Avelino Ribeiro, estes infelizmente já falecidos.

O Grupo dos Democratas de Moçambique não era constituído só por advogados, embora estes constituíssem o núcleo

mais determinado e activo. Havia membros de outras profissões, de profissão nenhuma e de diversas formações políticas, incluindo membros do Partido Comunista, que por regra concordavam com o conteúdo essencial dos nossos textos de combate. Estiveram, inclusive, connosco quando por duas vezes apresentámos listas de candidatura a eleições para a dita Assembleia Nacional, que vieram a ser anuladas por um corpo eleitoral constituído por dois juizes de carreira, que votaram sempre a validade das nossas candidaturas, e por mais cinco apaniguados do regime, que se prontificavam a validar as razões da sua anulação, que nunca existiram e atingiram em ambos os casos os mais altos níveis do absurdo, quando não do ridículo. Aquando da primeira candidatura, em 1961, a objecção invocada foi que defendíamos ideias contrárias à ordem social estabelecida, o que nem era verdade, verdade sendo que éramos de oposição mas à ordem política estabelecida e ao regime que ilegalmente a impunha. E na oportunidade da segunda candidatura, em 1969, porque não tínhamos feito prova da nossa qualidade de cidadãos portugueses, apesar de constarmos dos cadernos eleitorais elaborados pelo Governo como cidadãos portugueses candidáveis, e de nada na lei exigir outra prova que não essa. Acresce que a nenhum outro candidato, do Governo ou da oposição, no continente ou no Ultramar, foi exigida essa prova. Apesar desta evidência, os cinco membros da Comissão Decisora fiéis ao Governo, que invalidaram as nossas candidaturas, uma vez mais assim fizeram, contra a opinião e o voto dos dois juizes de carreira, que a julgaram impecavelmente válida.

O regime tinha usado, uma vez mais, um dos vários expedientes de que mais frequentemente se servia para ganhar eleições. Um deles era defraudar a contagem dos votos. Outro, anular à nascença o direito de concorrer aos próprios actos eleitorais. Outro ainda, restringir até ao absurdo o número de

eleitores masculinos inscritos nos cadernos eleitorais, e praticamente proibindo, no Ultramar, o voto das mulheres portuguesas. Este expediente tinha clara vantagem sobre o primeiro: antecipava e globalizava a fraude, reduzindo a sua parte mais chocante para a opinião pública.

Quando Marcelo Caetano, então já primeiro-ministro, me convidou para concorrer com mais dois membros à minha escolha às eleições para a Assembleia Nacional, a que também concorreram o Dr. Sá Carneiro e amigos seus, que vieram a constituir a depois chamada Ala Liberal, eu, como já disse, não aceitei o convite. Podia? Mas, nessa altura, não deixei de prefigurar o embaraço que lhe teria causado, e aos seus sequazes, a presença no Parlamento de três vozes bem mais indigeríveis pelo regime ditatorial vigente. Sá Carneiro, que também se tornou incómodo, como, aliás, outros, viria a sair pelo próprio pé. Eu e os outros dois teríamos seguramente saído antes. Mas empurrados.

Como já disse, a contraproposta que fiz ao primeiro-ministro não foi nem podia ter sido por ele aceite. Teria sido interpretada como um acto de rebelião do primeiro-ministro contra o Presidente da República e os duros do regime que o apoiavam. Nesse então já não seriam muitos. Mas estavam seguramente entre eles importantes detentores do poder político e militar sobrance, apostados na continuação da guerra. A rebelião da parte ainda sã das forças armadas era mesmo a única solução.

Eu estava em Lisboa, em serviço profissional, quando a rebelião eclodiu. No dia 24 de Abril terminei o trabalho que me tinha trazido à capital e fui jantar com os meus clientes. O membro da PIDE, que sempre me acompanhava, lá esteve também numa mesa ao lado da nossa, na tentativa de ouvir algo para pôr no relatório. Que tempos! Findo o jantar, já noite alta, fui para o hotel, deitei-me e adormeci. Às tantas fui acordado

por um telefonema urgente em que um velho amigo desde Coimbra, meu habitual acompanhante tocando viola, o médico António Cunha, excitadíssimo, me disse que não dormisse mais porque parecia que estava na rua uma revolução.

– É boa ou má? – perguntei.

É que também podia ser o tal golpe militar da direita, liderado pelo general Kaúlza de Arriaga, de que à boca pequena se falava.

– Pela música parece boa – foi a resposta.

É claro que já não dormi mais. E «pela música» que a Emissora Nacional transmitia, também a mim me pareceu de bom augúrio. Sobretudo a partir do momento em que passou a ser transmitida a conhecida *Grândola Vila Morena*, da autoria do meu ex-companheiro de república de Coimbra, e meu talentoso amigo, Zeca Afonso.

Exaltadíssimo, aguardei a confirmação de que era mesmo de uma revolução contra o Governo que se tratava.

Aguardei sobretudo a manhã e, após um bem matinal pequeno-almoço, saí para a rua e dirigi-me ao Bairro Alto, à sede do jornal *República*, onde já encontrei o meu grande e querido amigo Raul Rego, seu director. Soube por ele, já com algum pormenor e ainda pouca segurança, o que estava acontecendo. E o que estava acontecendo tinha, para mim, a atracção resultante de uma longa espera. Era, enfim, o termo da ditadura, que desde jovem tinha condicionado e envenenado a minha vida. E a aurora da tão ansiada Liberdade. Ainda com algumas incertezas. Spínola ainda não tinha sido chamado por Marcelo Caetano ao Convento do Carmo, para a entrega do poder. Dei ao jornal *República* a minha primeira entrevista sem censura.

Só algum tempo depois o Raul Rego me informou de que eu era, à data, o principal accionista do jornal *República*. Quando estava aflito com falta de recursos pedia-me ajuda

para Moçambique e eu, sem excepção, esportulava uma verba. Mas nunca me tinha informado de que havia convertido os donativos em acções do capital da empresa.

Pouco depois, já com a revolução consolidada e o novo poder militar liderado por Spínola como presidente da Junta Militar, dei também uma mais extensa e substantiva entrevista ao *Século*, em que adiantei algumas considerações construtivas sobre o pós-«25 de Abril», nome por que passou a ser conhecida a Revolução.

Impedido de regressar imediatamente a Moçambique, por terem sido cancelados por mais de uma semana os voos da TAP, continuei a acompanhar exaltadamente os passos seguintes da liberdade, pelo que pude assistir, divertido, à prisão e condução à cadeia, por populares, de elementos da PIDE que viviam no Bairro Alto. Sem violência, mas com algum desforço. Dias depois, assisti à vibrante celebração do primeiro 1.º de Maio em liberdade, com Mário Soares e Álvaro Cunhal, lado a lado, rodeados por uma multidão incontável de trabalhadores, a chamar a si o essencial dos discursos. Foi bonito. Mas essa pacífica cerimónia não voltaria a repetir-se. No ano seguinte, a repetição, aliás última, já seria conflituosa e até violenta.

Antes disso, tinha ido, é claro, esperar Soares, Tito de Morais e Ramos da Costa à Estação de Santa Apolónia. E no primeiro avião que partiu em direcção a Moçambique, regresssei ao encontro da família, de clientes e amigos, ansiosos de que eu lhes desse, podendo, uma pálida ideia do que ia seguir-se. Mas, em larga medida, eu próprio precisava de que alguém mo dissesse a mim.

Dias depois, chegou a Lourenço Marques o general Costa Gomes, que eu já conhecia de Moçambique, e que me transmitiu o convite do Presidente Spínola para liderar a ex-pasta do Ultramar, com a estranha denominação de «Ministério da

Coordenação Interterritorial». Para que não fosse muito óbvio que era ainda da pasta do Ultramar que se tratava.

A aceitação do convite era, e foi, uma revolução na minha profissão, na minha vida e na vida da minha família. Adeus à advocacia e à segunda família de clientes que ela me tinha dado. Era, a curto prazo, a transferência da minha mulher e dos meus filhos para Lisboa; a interrupção da profissionalização jurídica e universitária da minha mulher; a deslocação dos filhos, no fim do ano escolar, para escolas do Continente.

Mas o meu passado de combatente contra a ditadura e o prolongamento do regime colonial para lá da sua própria condenação universal, e pela instauração de um regime democrático e livre, não deu qualquer oportunidade a uma recusa da minha parte. Aceitei e, dias depois, parti ao encontro do meu novo destino, a começar pela posse do cargo de ministro da Coordenação Interterritorial.

Concluí que fiz o que não podia ter deixado de fazer. Viria a pertencer, como ministro, a oito governos democráticos, encarregado das mais diversas e responsabilizantes pastas. Depois disso, fui por largo tempo deputado do Partido Socialista, líder do respectivo grupo parlamentar e, por fim, seu presidente. Entretanto, fui ainda, durante quatro mandatos, o ministro mais directamente encarregado da descolonização, além de ministro de mais quatro pastas da maior responsabilidade, entre as quais a da Justiça, onde fiz uma das maiores reformas legislativas de sempre, e por um mandato e metade de outro presidente da própria Assembleia da República. Finda a actividade parlamentar, que se arrastou por diversos mandatos, seria ainda por mais alguns anos presidente do PS e, depois disso, passei a ser o que ainda hoje sou: presidente honorário do Partido Socialista. Uma honrosa, mas pouco significativa, reforma política.

Durante cerca de dois terços de todo este novo período da minha vida, fui, como político, sobretudo um legislador. Suspeito de que talvez nenhum outro político português foi em tempo algum autor de mais diplomas legislativos, muitos deles importantes, outros nem tanto. Nessa medida, terei sido, sobretudo como político, um legislador. Retiro disso alguma satisfação.

Mas, durante os mais de sessenta anos em que enfrentei diversos aspectos da realidade, mantive sempre o gosto da leitura e da escrita literária. Foi assim que acabei por publicar três dezenas de livros (este, repito, é o trigésimo primeiro), e vários milhares de páginas, sobre os mais diversos temas, sobretudo políticos e sociais, de que retiro alguma satisfação. Já fiz oitenta e nove anos. Já não posso ter a veleidade de escrever muitos mais. Mas, como julgo não estar ainda completamente balhelhas, tentarei rabiscar ainda mais um ou dois. A realidade e as convicções nunca mudaram tanto e tão depressa como agora.

A matéria dos textos que agora publico neste livro, como já disse, diz respeito ao combate dos membros do Grupo dos Democratas de Moçambique às ditaduras de Salazar e Caetano, e respectiva acção política. Todos por mim redigidos e depois colectivamente assinados. O primeiro e o último, porém, também redigidos por mim, mas assinados só por mim, são extractos de outros livros meus, também de combate às ditaduras de Salazar e Caetano e, claro, também proibidos.

No mais, este extracto versa fundamentalmente, do ponto de vista temático e descritivo, assuntos em tudo fiéis aos constantes de textos da responsabilidade política dos membros signatários do Grupo dos Democratas de Moçambique, eu incluso.

Repito que aos originais agora publicados faltam as assinaturas dos membros do Grupo, pela razão já referida de que

são cópias fiéis dos originais saídos da minha pena antes de assinados, únicos em meu poder que consegui salvar.

Mas não foram os únicos *tout court*. Outros houve, com igual interesse e significado. Mas nem de todos consegui guardar uma cópia publicável.

A grande maioria dos signatários deles já não está entre nós. Mas os que estão guardam seguramente dos que já partiram, tal como eu, uma muito grata recordação e uma inapagável saudade. Este livro, nessa medida, é uma sincera e grata homenagem a todos eles.

A publicação destes textos representa também, senão sobretudo, um acto de gratidão minha para com Moçambique, o país que me acolheu como uma mãe acolhe um filho, me assegurou êxito na profissão que escolhi, e na defesa da opção política livre, democrática e descolonizadora por que sempre me bati. Ali me nasceram cinco filhos encantadores (falta, infelizmente, uma encantadora e talentosa filha que a morte me roubou) que adoram a sua terra natal, onde fiz o que estive ao meu alcance pela sua libertação e pela sua afirmação como povo, como nação e como Estado independente. Publicados estes textos e os breves apontamentos que os precedem, em que divulgo aspectos não muito conhecidos da história de Moçambique, quando chegar a minha hora de definitivamente partir, partirei com a consciência de ter cumprido um dever de gratidão para com a minha Segunda Pátria.

